

BLOCO TEMÁTICO 2 - CULTURA E EDUCAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o fim da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2509226050M

TIPO DE MATERIAL::

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

6º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO TEMÁTICO 2:

Cultura e Educação

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

09/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

09/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU – 6º Simulado – Bloco Temático 2 – Cultura e Educação (Pós-edital)

Conhecimentos Gerais

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um debate sobre reformas constitucionais, um deputado afirmou que os Municípios são meras subdivisões administrativas do Estado-membro, devendo ser submetidos às decisões da respectiva Assembleia Legislativa. Um constitucionalista, então, rebateu tal afirmação com base no modelo federativo adotado pela Constituição de 1988.

Com base na estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios são entes federativos autônomos, integrantes da Federação brasileira.
- (B) Os Municípios integram os Estados, sendo desprovidos de autonomia legislativa.
- (C) A Federação brasileira é formada exclusivamente pela União e pelos Estados.
- (D) Os Territórios brasileiros possuem o mesmo status federativo dos Municípios.
- (E) O Distrito Federal não possui competências legislativas típicas de Estados ou Municípios.

2

Em um curso preparatório, o professor André explicava a seus alunos o conceito de freios e contrapesos (checks and balances) adotado pela Constituição de 1988 como forma de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. Durante a aula, ele utilizou o exemplo do processo de impeachment do Presidente da República para ilustrar a ideia de controle recíproco, explicando que, embora os Poderes sejam independentes, nenhum atua de forma absoluta.

Com base na sistemática constitucional brasileira e na doutrina constitucionalista, assinale a alternativa que melhor exemplifica o controle recíproco entre os Poderes no contexto do impeachment presidencial:

- (A) O Presidente da República é julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como instância penal e política nos casos de crime de responsabilidade.
- (B) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes comuns e autoriza seu afastamento em caso de infração penal.

- (C) O Senado Federal processa e julga o Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados, com presidência do julgamento pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O processo de impeachment (crime de responsabilidade) ocorre no âmbito do Poder Executivo, por meio de investigação e sanção interna, preservando a autonomia administrativa do cargo.
- (E) A Constituição prevê que apenas o povo, por meio de plebiscito ou referendo, pode revogar o mandato do Presidente antes do término legal.

3

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor Ricardo propôs aos alunos um estudo de caso envolvendo a soberania popular e os mecanismos constitucionais de exercício dos direitos políticos. No caso, um jovem de 17 anos, alfabetizado, queria saber se poderia votar nas eleições municipais e, ainda, se poderia se candidatar ao cargo de vereador. Além disso, uma cidadã estrangeira naturalizada há 3 anos desejava saber se poderia apresentar uma proposta de lei por meio de iniciativa popular em seu município.

Com base no art. 14 da Constituição Federal e na jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mas, nesse caso, é vedado o alistamento eleitoral.
- (B) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, vedada qualquer forma de participação sem representação.
- (C) A candidatura ao cargo de vereador exige idade mínima de 21 anos e filiação partidária, além do domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) A iniciativa popular é uma forma de exercício direto da soberania popular e pode ser proposta por cidadãos brasileiros no pleno gozo dos direitos políticos.
- (E) O jovem de 17 anos pode votar e ser votado, desde que obtenha autorização judicial e esteja filiado a partido político.

4

No Estado de Mato Real, uma decisão judicial determinou que o Poder Executivo estadual fornecesse, imediatamente, um medicamento de alto custo a um paciente com doença rara, com base no direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. A Procuradoria do Estado recorreu, alegando que o orçamento público estava comprometido e que tal fornecimento violaria o princípio da legalidade orçamentária e o postulado da reserva do possível.

Considerando os direitos fundamentais sociais e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva do possível é um limite absoluto ao fornecimento de prestações estatais, sendo suficiente, por si só, para afastar o dever estatal de garantir direitos sociais.
- (B) A cláusula da reserva do possível autoriza o Estado a negar qualquer prestação de saúde se houver restrição orçamentária, sem necessidade de comprovação objetiva.
- (C) O direito à saúde, como direito social, deve ser garantido conforme o possível financeiro do Estado, sendo irrelevante a análise da dignidade da pessoa humana no caso concreto.
- (D) O Poder Judiciário pode impor ao Estado a realização de prestações sociais quando demonstrada a omissão estatal e o comprometimento do mínimo existencial.
- (E) O fornecimento de medicamentos é de competência exclusiva do Poder Executivo, não podendo o Judiciário interferir, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

5

A Prefeitura de uma capital brasileira lançou um programa de bolsas de estudo exclusivamente voltado para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso ao ensino superior. A medida foi questionada judicialmente sob o argumento de que violaria o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, I, da Constituição Federal, ao estabelecer distinção com base em critérios de sexo e raça.

Com base na jurisprudência do STF e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição veda qualquer diferenciação de tratamento entre os indivíduos, sendo inconstitucional toda ação afirmativa que beneficie grupos historicamente discriminados.
- (B) O artigo 5º, inciso I, da CF/1988 consagra apenas a igualdade formal, o que impede o Estado de adotar medidas diferenciadas com base em gênero ou raça.

- (C) A ação afirmativa adotada pela Prefeitura é compatível com o princípio da igualdade material, que autoriza o tratamento desigual de forma a promover a equidade entre os cidadãos.
- (D) A igualdade formal e a igualdade material são incompatíveis entre si, devendo sempre prevalecer a primeira, por ser expressamente prevista na Constituição.
- (E) A distinção com base no sexo e na raça é autorizada apenas para fins penais, sendo vedada no âmbito de políticas públicas educacionais.

Políticas públicas

José Wesley

6

No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação é fundamental para a materialização dos planos e programas. Sobre essa etapa, assinale a alternativa correta:

- (A) A implementação é um processo técnico e linear, livre de conflitos e negociações políticas.
- (B) Consiste na definição dos objetivos e na escolha de alternativas para resolver o problema, antes de qualquer ação prática.
- (C) É o momento em que a política é executada por burocratas, gestores e sociedade, e sua efetividade depende da interação entre os atores envolvidos.
- (D) O monitoramento e a avaliação de uma política ocorrem exclusivamente após a conclusão da implementação.
- (E) A implementação é o momento em que se decide se um problema social entrará ou não na agenda governamental.

7

A análise de dados qualitativos em políticas públicas é uma abordagem complementar à análise quantitativa. A principal vantagem de utilizar dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais, é que eles:

- (A) Permitem generalizar os resultados para uma população maior com alta confiabilidade estatística.
- (B) São mais eficientes e menos custosos para a coleta em larga escala.
- (C) Oferecem uma compreensão aprofundada das percepções, motivações e experiências dos atores envolvidos, revelando o "porquê" por trás dos dados quantitativos.
- (D) Concentram-se exclusivamente em indicadores numéricos e estatísticas de desempenho.
- (E) São utilizados apenas na etapa de monitoramento, sem relevância para a formulação ou avaliação.

8

No âmbito do federalismo brasileiro, a política de saúde é um exemplo de sistema de política pública que se caracteriza pela:

- (A) Centralização total na União, que é a única responsável pela formulação e execução de programas de saúde.
- (B) Autonomia completa de cada ente federativo (União, estados e municípios), sem necessidade de articulação ou cooperação.
- (C) Cooperação e corresponsabilidade, com papéis definidos para cada ente, mas com a União atuando como coordenadora nacional e principal financiadora.
- (D) Delegação de poder de decisão exclusivamente aos municípios, que são os únicos a executar ações de saúde.
- (E) Total privatização dos serviços de saúde, com o Estado atuando apenas como regulador.

9

A transversalidade em políticas públicas é um conceito que se diferencia da intersectorialidade por:

- (A) Focar na articulação de diferentes setores (como saúde e educação) para resolver um problema específico.
- (B) Ser uma abordagem que lida com temas que perpassam e afetam múltiplas políticas e áreas de governo, como a equidade de gênero ou o meio ambiente.
- (C) Apenas se aplicar a políticas de cunho econômico, não sendo relevante para políticas sociais.
- (D) Ser sinônimo de delegação de responsabilidades do governo central para governos locais.
- (E) Focar na privatização de serviços públicos para maior eficiência.

10

A transformação digital na gestão pública tem como uma de suas principais finalidades a melhoria da experiência do cidadão. Sobre esse tema, é correto afirmar que um de seus impactos esperados é:

- (A) A manutenção de canais de comunicação exclusivamente físicos para garantir a segurança dos dados.
- (B) A criação de barreiras digitais para limitar o acesso de usuários não familiarizados com a tecnologia.
- (C) O uso de plataformas digitais para promover maior transparência e participação social nos processos decisórios.
- (D) A centralização da informação em um único órgão, dificultando o acesso de outros setores e da sociedade.
- (E) A substituição de todos os servidores públicos por sistemas automatizados.

Ética e integridade

Rafael de Oliveira

11

De acordo com o Código de Ética do servidor público, assinale a alternativa incorreta quanto aos deveres fundamentais do servidor:

- (A) O servidor público deve exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, buscando solucionar situações procrastinatórias, principalmente diante de filas, para evitar dano moral ao usuário.
- (B) É dever do servidor público manter-se atualizado com as instruções, normas de serviço e legislação pertinente ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) O servidor deve apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas à função que exerce, podendo abrir exceções caso esteja em exercício interno.
- (D) Um dos deveres fundamentais do servidor público é resistir a pressões de superiores, contratantes e outros interessados que visem obter vantagens indevidas, denunciando tais práticas.
- (E) O servidor público deve exercer com moderação as prerrogativas funcionais, abstendo-se de utilizá-las contra os legítimos interesses dos usuários do serviço público.

12

Com base no Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa correta quanto às vedações impostas ao servidor público:

- (A) É permitido ao servidor, em situações excepcionais, alterar o teor de documentos administrativos, desde que com boa intenção e sem prejuízo a terceiros.
- (B) O servidor pode aceitar gratificações ou doações simbólicas, desde que sejam oferecidas espontaneamente por usuários satisfeitos com o serviço prestado.
- (C) É vedado ao servidor público ser conivente com erro ou infração ética, mesmo que motivado por espírito de solidariedade.
- (D) O uso de influência pessoal em favor de familiares é tolerado se não houver ganho financeiro direto.
- (E) O servidor pode agir com parcialidade, desde que respeite a hierarquia e não ofenda diretamente nenhum usuário.

13

De acordo com as Regras Deontológicas previstas no Código de Ética do servidor público, assinale a alternativa incorreta:

- (A) O servidor público deve pautar sua conduta pelos princípios da dignidade, do zelo, da eficácia e da moralidade, mesmo fora do exercício da função pública, pois suas atitudes refletem diretamente na imagem do serviço público.
- (B) A moralidade administrativa deve sempre prevalecer sobre a legalidade formal, ainda que o servidor atue em conformidade com os preceitos legais e constitucionais.
- (C) A função pública deve ser compreendida como exercício profissional e, por isso, a conduta privada do servidor pode influenciar diretamente na sua reputação funcional.
- (D) O servidor público deve considerar que sua remuneração provém dos tributos pagos pela sociedade, o que reforça seu dever de atuar com moralidade e respeito ao bem comum.
- (E) A publicidade dos atos administrativos é regra essencial à eficácia e à moralidade da Administração Pública, e sua omissão injustificada constitui falta ética, salvo nos casos legais de sigilo.

14

De acordo com os princípios éticos que regem a Administração Pública, especialmente quanto ao dever de transparência, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A transparência é princípio fundamental da Administração Pública e deve orientar a conduta do servidor, que tem o dever de assegurar a publicidade dos atos administrativos, salvo nos casos previstos em lei.
- (B) A omissão injustificada de informações de interesse público constitui conduta antiética, que compromete a relação de confiança entre o servidor e a sociedade.
- (C) A publicidade dos atos administrativos é meramente formal e não possui impacto direto sobre a moralidade da conduta do servidor público.
- (D) O dever de transparência está vinculado ao princípio da legalidade e reforça a necessidade de que todos os atos da Administração sejam motivados e acessíveis à sociedade.
- (E) Salvo em casos de sigilo legalmente justificado, o servidor público deve facilitar o acesso às informações, promovendo a transparência como instrumento de controle social.

Diversidade e inclusão na sociedade

Aline Menezes

15

A inclusão de grupos vulnerabilizados no Brasil enfrenta desafios estruturais e históricos. Um dos principais obstáculos é:

- (A) A inexistência de políticas sociais voltadas à redistribuição de renda.
- (B) A permanência de desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e geração que limitam o acesso a direitos.
- (C) A ausência completa de participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas.
- (D) A substituição das políticas públicas universais por focalizadas, que elimina toda desigualdade social.
- (E) O aumento da renda per capita nacional, que gera maior exclusão social.

16

Quando se discute a inclusão sociopolítica de pessoas idosas, pessoas com deficiência, população negra, povos indígenas e comunidade LGBTQIA+, um desafio central é:

- (A) A manutenção de legislações específicas que garantem plenamente a equidade.
- (B) A superação dos preconceitos e estigmas enraizados culturalmente, que limitam a cidadania desses grupos.
- (C) A inexistência de marcos legais de proteção social.
- (D) O excesso de programas governamentais, que gera sobreposição de direitos.
- (E) A ausência de movimentos sociais reivindicatórios no cenário brasileiro.

17

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante para compreender os desafios da inclusão de grupos vulnerabilizados. Ela permite:

- (A) Analisar as desigualdades apenas sob o ponto de vista econômico.
- (B) Explicar as desigualdades exclusivamente a partir da biologia.
- (C) Considerar como diferentes marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexualidade, geração) se cruzam e produzem formas específicas de exclusão.
- (D) Garantir que políticas públicas sejam formuladas sem considerar particularidades sociais.
- (E) Eliminar a necessidade de políticas afirmativas.

18

Sobre as políticas públicas voltadas à inclusão de grupos vulnerabilizados, é correto afirmar que:

- (A) São sempre universais, sem distinção de público-alvo.
- (B) Eliminam automaticamente todas as desigualdades sociais.
- (C) São implementadas apenas pelo setor privado, sem envolvimento do Estado.
- (D) Não precisam considerar a participação social dos próprios grupos envolvidos.
- (E) Devem articular redistribuição de recursos materiais e reconhecimento das diferenças culturais e identitárias.

Administração pública federal

Gustavo Scatolino

19

A atuação da Administração Pública deve observar fundamentos constitucionais que orientam a validade dos atos administrativos, servindo como garantias ao cidadão contra abusos estatais. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade, previsto no art. 37 da Constituição, estabelece que o agente público só pode agir conforme a lei, diferentemente do particular que pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- (B) O princípio da impessoalidade refere-se apenas à necessidade de motivação dos atos administrativos, sem relação com a vedação à promoção pessoal de agentes públicos.
- (C) O princípio da moralidade administrativa, embora relevante, não constitui fundamento suficiente para controle judicial de atos administrativos.
- (D) A publicidade, enquanto princípio constitucional, é requisito de validade do ato administrativo, cuja ausência gera nulidade absoluta.
- (E) A eficiência, acrescentada pela Emenda Constitucional n. 19/1998, representa uma diretriz de boa gestão, sendo um princípio demasiadamente abstrato.

20

Os princípios constitucionais que orientam a Administração Pública possuem caráter vinculante e devem ser observados em toda atividade administrativa. Acerca desses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da publicidade confunde-se com a publicação, de modo que toda ausência de publicação invalida o ato administrativo.
- (B) O princípio da moralidade administrativa exige que o administrador atue conforme padrões éticos, sendo pressuposto de validade dos atos e fundamento de ação popular.

- (C) O princípio da legalidade autoriza a Administração a agir em qualquer situação não vedada por lei, ainda que não haja previsão legal expressa.
- (D) O princípio da eficiência, apesar de previsto na Constituição, possui natureza meramente programática, sem força normativa obrigatória.
- (E) O princípio da impessoalidade não encontra respaldo na Constituição, mas apenas na doutrina administrativa.

Evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil e estrutura organizacional da Administração Pública Federal/ Sistemas estruturantes da administração pública federal

Bruno Eduardo

21

Durante um curso de integração para servidores recém-empregados em uma autarquia federal, o palestrante destacou que a Administração Pública brasileira passou por diferentes reformas, cada uma refletindo as necessidades de seu tempo histórico. Foram enfatizadas: a reforma de 1936, com o DASP; a de 1967, com o Decreto-Lei nº 200; e a de 1995, com o PDRAE. Considerando esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação do DASP em 1936 representou a consolidação do modelo patrimonialista, pois reforçou práticas clientelistas e a ocupação de cargos de confiança sem concurso público.
- (B) O Decreto-Lei nº 200/1967 foi um marco ao introduzir diretrizes de descentralização e planejamento, aproximando-se de práticas gerenciais, ainda que sem romper com a burocracia.
- (C) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) buscou fortalecer exclusivamente o modelo burocrático, ampliando controles formais e hierarquias rígidas.
- (D) A Constituição de 1988 instituiu explicitamente a administração pública gerencial, substituindo o modelo burocrático pela lógica de contratos de gestão e foco em resultados.
- (E) As reformas de 1967 e 1995 foram idênticas, ambas extinguindo a burocracia e implantando integralmente o modelo de administração pública gerencial.

22

Um servidor da Secretaria de Orçamento precisou elaborar um relatório sobre a execução orçamentária da União, mas também consultou outro sistema para obter informações sobre o planejamento de programas e ações do Plano Plurianual (PPA). O gestor responsável explicou que diferentes sistemas estruturantes atendem a finalidades específicas na Administração Pública Federal. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema estruturante voltado à execução orçamentária, financeira e contábil da União, sendo distinto do SIGPlan, que acompanha planejamento governamental.
- (B) O SIAPE é o sistema utilizado para registro e acompanhamento de convênios e transferências voluntárias entre União, estados e municípios.
- (C) O SIORG é responsável pela execução das folhas de pagamento dos servidores públicos federais.
- (D) O SIPEC é voltado para execução orçamentária, funcionando como ferramenta do Tesouro Nacional.
- (E) O SIGPlan substituiu o SIAFI, tornando-se o único sistema de acompanhamento orçamentário-financeiro da União.

Fundamentos das finanças públicas, tributação e do planejamento-orçamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual)
Anderson Ferreira

23

Em cada exercício financeiro, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborado pelos entes federativos, deve ser acompanhado do Anexo de Riscos Fiscais, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse anexo tem por finalidade:

- (A) Apresentar as metas de resultado primário e nominal, em valores correntes e constantes, comparando-as ao exercício anterior.
- (B) Estimar o impacto financeiro das renúncias de receitas tributárias previstas na Lei Orçamentária Anual.
- (C) Apresentar a metodologia de cálculo da meta de inflação oficial, ajustada pelos índices adotados pelo Banco Central.
- (D) Avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.
- (E) Demonstrar a compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual vigente, com a indicação de desvios de execução.

24

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de determinado ente federativo foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo. Entre as informações apresentadas, foi destacado que uma das partes da LOA se refere ao chamado “orçamento fiscal”. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta:

- (A) O orçamento fiscal deve compreender exclusivamente as receitas e despesas relativas às empresas em que o ente detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (B) O orçamento fiscal é o instrumento que integra todas as receitas e despesas do regime geral de previdência social, da saúde e da assistência social.
- (C) O orçamento fiscal é uma das partes que compõem a LOA e abrange receitas e despesas dos Poderes do ente, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) O orçamento fiscal não compõe a LOA, sendo previsto em legislação específica de planejamento de médio prazo.
- (E) O orçamento fiscal tem por objetivo exclusivo registrar as transferências constitucionais realizadas pela União a Estados e Municípios, sem contemplar as demais receitas e despesas orçamentárias.

25

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Dentre os conteúdos obrigatórios previstos constitucionalmente para a LDO, assinale a alternativa correta:

- (A) A LDO deve estabelecer, em caráter definitivo, a composição detalhada da dívida ativa do ente federativo.
- (B) Compete à LDO dispor sobre as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente.
- (C) A LDO tem a função de fixar todas as despesas correntes obrigatórias e de capital, independentemente da previsão do PPA.
- (D) Cabe à LDO regulamentar de forma permanente o regime jurídico único dos servidores públicos.
- (E) A LDO deve incluir exclusivamente as programações de caráter regionalizado, voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

26

O Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento da Administração Pública, previsto na Constituição Federal, e orienta a definição das prioridades governamentais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o significado e a finalidade do PPA:

- (A) O PPA é um plano de curto prazo, com vigência anual, destinado a assegurar a execução imediata das prioridades do governo em cada exercício financeiro.
- (B) O PPA é uma lei que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos.
- (C) O PPA corresponde a um demonstrativo contábil-financeiro, destinado exclusivamente a consolidar a execução orçamentária anual dos entes federativos.
- (D) O PPA é um plano estratégico de caráter permanente, aprovado uma única vez e válido para todos os governos subsequentes.
- (E) O PPA é um instrumento específico de iniciativa do Poder Legislativo, destinado a fixar os limites de gasto e de arrecadação em cada exercício financeiro.

Trabalho e tecnologia

Vitor Kessler

27

A digitalização dos processos produtivos trouxe novas formas de organização do trabalho. Entre as mudanças observadas, destaca-se:

- (A) Consolidação de hierarquias mais rígidas, com redução da autonomia dos colaboradores.
- (B) Utilização de plataformas digitais que conectam trabalhadores e demandas de serviço, ampliando o trabalho por projetos.
- (C) Redução da integração entre setores produtivos, que passaram a operar isoladamente.
- (D) Desuso de indicadores de desempenho, substituídos por avaliação puramente qualitativa.
- (E) Enfraquecimento das competências digitais como requisito de empregabilidade.

28

A automação de processos robóticos (RPA) no setor público é uma iniciativa que:

- (A) Substitui tarefas manuais e repetitivas, permitindo que os servidores se concentrem em atividades de maior valor agregado.
- (B) Exige reformulação completa das leis e regulamentos para ser implementada.
- (C) Funciona sem integração com sistemas legados.
- (D) Aumenta a quantidade de etapas no processo.
- (E) Impede o monitoramento e a auditoria das atividades realizadas.

29

Ao adotar inteligência artificial em serviços públicos, um problema que pode surgir é:

- (A) Falta de dados abertos e interoperáveis, que impede a implementação de soluções de análise preditiva.
- (B) Aumento do tempo de resposta, já que decisões automatizadas precisam de conferência manual obrigatória em todos os casos.
- (C) Falta de clareza sobre como o modelo chegou ao resultado, prejudicando a transparência e a possibilidade de auditoria.
- (D) Redução da participação social, pois o uso de IA exige maior interação com cidadãos para coletar feedback.
- (E) Diminuição dos riscos de segurança cibernética, porque algoritmos aprendem a bloquear ataques automaticamente.

30

Em um projeto de transformação digital no setor público, diversos riscos podem ser identificados. Qual deles está **diretamente associado à automação de processos**?

- (A) Vazamento de dados sensíveis por falhas de configuração em servidores na nuvem.
- (B) Interrupção de serviços críticos devido a ataques de negação de serviço (DDoS).
- (C) Cristalização de fluxos ineficientes, fazendo com que erros sejam replicados automaticamente em larga escala.
- (D) Perda de integridade de dados causada por falhas em mecanismos de backup e recuperação.
- (E) Obsolescência rápida de tecnologias utilizadas, exigindo substituição frequente de sistemas.

Eixo Temático 1 – Gestão do

Conhecimento e Comunicação

Maurício Franceschini e Priscilla Peixoto

31

Com base na Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527/2011, a informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado diz respeito a:

- (A) informação.
- (B) informação pessoal.
- (C) informação sigilosa.
- (D) documento.
- (E) tratamento da informação.

32

Segundo a Lei de Acesso à Informação, a classificação de informação sigilosa em grau ultrassecreto possui prazo de sigilo de:

- (A) 5 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 15 anos.
- (D) 20 anos.
- (E) 25 anos.

33

No contexto da Lei Geral de Proteção de Dados, analise as assertivas abaixo, no que tange à natureza, composição e competência da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, ANPD:

- I – É uma autarquia de natureza comum, subordinada ao Gabinete da Presidência da República, de onde emanam as decisões técnicas e decisórias, com patrimônio próprio e com sede e foro no Rio de Janeiro.
- II – É composta por Conselho Diretor, Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, Corregedoria, Ouvidoria, Procuradoria e Unidades Administrativas e Especializadas.
- III – O Conselho Diretor da ANPD é composto por cinco diretores, incluindo um Diretor-Presidente.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) III.

34

No que concerne aos preceitos acostados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD, mais especificamente às sanções aplicadas aos infratores do regulamento, marque V para verdadeiro e F para falso:

- () O valor máximo da multa simples é de R\$ 50 milhões.
- () A multa simples pode ser aplicada aos infratores, independentemente de serem pessoa natural ou pessoa jurídica de direito público ou privado.
- () Identificada a infração, a ANPD tem a responsabilidade de aplicar imediatamente as sanções previstas na Lei, independentemente de abertura de processo administrativo, sob pena de omissão por responsabilidade.
- () A proibição parcial ou total de realizar o tratamento de dados pessoais é uma das sanções mais severas da ANPD.

A correta sequência, de cima para baixo é:

- (A) V-F-F-F.
- (B) V-F-F-V.
- (C) V-V-F-V.
- (D) V-V-V-F.
- (E) V-V-V-V.

35

Em relação aos fundamentos que se apresentam na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD, representa o direito fundamental que toda pessoa natural tem de controlar o uso de suas próprias informações pessoais e estabelece que o titular dos dados é o protagonista na relação que envolve a coleta, o tratamento e o compartilhamento de suas informações. Tal definição diz respeito ao fundamento:

- (A) respeito à privacidade.
- (B) autodeterminação informativa.
- (C) liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.
- (D) inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- (E) desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.

36

A Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), que disciplina o uso da internet no país, estabelece a guarda dos registros por parte dos provedores de conexão. Sobre esse tema, analise as seguintes afirmativas:

- I – O administrador de sistema autônomo (ASA) deve guardar os registros de conexão por 1 ano, de forma segura e sigilosa.
- II – A responsabilidade pela guarda dos registros não pode ser terceirizada.
- III – O provedor deve manter sigilo sobre o pedido de guarda por mais tempo.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) III.

37

De acordo com a Lei n. 14.129/2021, conhecida como Lei do Governo Digital, as ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas, são conhecidas como:

- (A) Base Nacional de Serviços Públicos.
- (B) Laboratório de Inovação.
- (C) Governo como Plataforma.
- (D) Plataformas de Governo.
- (E) formatos abertos.

38

Uma secretaria estadual de saúde criou um sistema de inteligência que integra relatórios de hospitais, análises epidemiológicas e dados de vacinação, permitindo que gestores planejem suas ações com maior precisão. No contexto da gestão do conhecimento e da comunicação, o exemplo descrito demonstra:

- (A) A aplicação de ferramentas digitais que substituem a necessidade de comunicação institucional.
- (B) O uso de dados como recurso estratégico para apoiar decisões e gerar valor público.
- (C) A substituição da comunicação pública pela comunicação organizacional interna.
- (D) O predomínio de tecnologias sobre processos de gestão do conhecimento.
- (E) A eliminação da mediação entre gestores e cidadãos nos processos decisórios.

39

Suponha que o governo federal implementou uma plataforma digital para solicitação de benefícios sociais, visando reduzir burocracias e ampliar a transparência. Apesar dos avanços, parte da população permanece excluída devido a fatores como a precariedade da infraestrutura de internet em áreas remotas, o baixo nível de letramento digital e a ausência de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

À luz da discussão sobre mediação tecnológica no serviço público, esse cenário demonstra que:

- (A) o acesso formal à internet é suficiente para garantir inclusão plena no uso de plataformas digitais do Estado.
- (B) a transformação digital do setor público deve priorizar a redução de custos administrativos, ainda que comprometa direitos de cidadania.
- (C) a mediação presencial já pode ser totalmente substituída, pois a expansão das plataformas digitais garante equidade de acesso.
- (D) o letramento digital é um fator secundário frente à universalização da infraestrutura tecnológica.
- (E) a efetividade da comunicação digital depende não apenas da oferta de serviços online, mas também da promoção da conectividade significativa e da acessibilidade.

40

Uma política de comunicação em órgão público deve ser orientada por princípios que a diferenciem de práticas de marketing institucional e de propaganda governamental. Considerando os princípios da comunicação pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A política de comunicação deve ser compreendida como instrumento estratégico de gestão, voltado à transparência, ao alinhamento institucional e à promoção do interesse público.
- (B) A comunicação pública, no âmbito das políticas de comunicação, tem como finalidade central fortalecer a imagem do governo.
- (C) A elaboração de uma política de comunicação prescinde de processos de participação social, a fim de preservar a coerência das mensagens institucionais.
- (D) A política de comunicação deve ter caráter eminentemente promocional, priorizando a divulgação de ações governamentais em formato de propaganda oficial.
- (E) A comunicação pública é similar à comunicação externa, não sendo necessário integrar práticas de comunicação interna ou de engajamento de servidores.

41

Entre os objetivos de uma política nacional de comunicação pública, que busca consolidar a comunicação como direito de cidadania, destacam-se:

- (A) a difusão de informações oficiais voltadas ao fortalecimento da imagem institucional dos órgãos públicos.
- (B) a centralização absoluta da comunicação em um único órgão de governo, de modo a uniformizar discursos.
- (C) a promoção da cidadania mediante o fortalecimento da transparência ativa, da acessibilidade e da garantia do direito à informação.
- (D) a adoção de estratégias de propaganda política como diretriz para consolidar a aproximação entre governo e sociedade.
- (E) a substituição gradual dos meios digitais por práticas de comunicação interpessoal.

42

No âmbito das políticas de comunicação organizacional, a distinção entre identidade e imagem é fundamental para o alinhamento estratégico das ações comunicacionais. Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A identidade organizacional corresponde exclusivamente à percepção externa que a sociedade tem sobre a instituição.
- (B) A imagem organizacional é construída de forma unilateral pela própria organização, sem depender da interpretação dos públicos.
- (C) A identidade organizacional pode ser moldada constantemente pelas ações de propaganda, já que se confunde com as representações externas.
- (D) A política de comunicação deve alinhar o que a organização é (identidade) ao modo como ela deseja ser percebida, reconhecendo que a imagem resulta da interação com os públicos.
- (E) A imagem organizacional é sinônimo de logomarca e elementos visuais, não estando relacionada à experiência dos cidadãos ou usuários.

Eixo Temático 2 – Políticas Públicas de Educação

Carlinhos Costa e William Dornela

43

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), analise as afirmativas a seguir sobre a organização da educação nacional e as incumbências dos entes federativos:

- I – O Sistema Federal de Ensino compreende as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada, e os órgãos federais de educação.
- II – A União, como ente federativo coordenador, incumbem-se de elaborar e de aprovar de forma exclusiva todos os currículos e conteúdos mínimos da educação básica, cabendo aos estados e municípios apenas a tarefa de implementá-los integralmente.
- III – Os sistemas de ensino dos municípios não poderão credenciar as escolas de educação infantil, pois essa é uma atribuição exclusiva dos estados.
- IV – A União incumbir-se-á de assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os estados e o Distrito Federal.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) IV, apenas.
- (E) I, III e IV.

44

A Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII, “Da Ordem Social”, capítulo III, “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, estabelece os princípios e deveres do Estado e da família em relação à educação. Nesse contexto, a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Analise as afirmações a seguir, considerando o que a Carta Magna estabelece sobre a organização e os princípios da educação no Brasil:

- I – O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- II – O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, mas não pode ser garantido por ação judicial, pois configura um direito social, e não individual.
- III – Os municípios atuarão prioritariamente no ensino médio e no ensino fundamental, cabendo aos estados e à União a educação infantil.

- IV – É garantido o padrão de qualidade do ensino, mediante a aplicação de um piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
- V – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Estão corretas as afirmações:

- (A) IV e V, apenas.
 (B) III e V, apenas.
 (C) II e V, apenas.
 (D) I e IV, apenas.
 (E) I, II e III, apenas.

45

O cenário educacional brasileiro, no que tange ao ensino superior, tem sido marcado por profundas transformações e desafios regulatórios, sobretudo na modalidade de Educação a Distância (EaD). Nesse contexto, o recente Decreto-Lei n. 12.456/2025 estabeleceu novas diretrizes para a oferta de cursos de graduação pelas Instituições de Educação Superior (IES), buscando conciliar a expansão da oferta com a garantia de qualidade. Um dos pontos mais debatidos e que merece a atenção do pedagogo é a distinção de papéis profissionais e as exigências para o corpo docente e o suporte pedagógico.

Considerando o que o referido Decreto dispõe sobre a estrutura de ensino e as responsabilidades dos diferentes agentes educacionais, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.

- (A) O Decreto define o “tutor” como o profissional de suporte com formação acadêmica compatível com a área de atuação, responsável por toda a mediação pedagógica em processos de ensino e aprendizagem, sendo a sua presença obrigatória e exclusiva para cursos de Licenciatura EaD.
- (B) Para garantir a autenticidade das avaliações, o Decreto-Lei n. 12.456/2025 determina que as provas de cursos ofertados de forma integral ou parcial em EaD devem ser realizadas especifica de forma presencial na sede da IES, independentemente da existência de polos.
- (C) A norma prevê que o corpo docente de uma IES em EaD pode ser auxiliado por “mediadores pedagógicos”, que desempenham atividades de suporte administrativo e logístico, sendo o planejamento e a avaliação dos processos de ensino de responsabilidade unicamente do professor.

- (D) O Decreto restringe a oferta de cursos de graduação em algumas áreas do conhecimento especificamente para a modalidade presencial, como é o caso de Direito e Medicina, mas permite a oferta de Pedagogia em EaD com carga horária 100% a distância, desde que o projeto pedagógico seja aprovado pelo MEC.
- (E) O Decreto-Lei n. 12.456/2025 estabelece uma diferenciação clara entre as atribuições dos professores, responsáveis pelo planejamento e avaliação, e as dos “mediadores pedagógicos”, que exercem a atividade de mediação pedagógica, enquanto os “tutores” se concentram em atribuições administrativas.

46

Um centro universitário de excelência, reconhecido por sua tradição pedagógica, decide reformular seus cursos de licenciatura para se alinhar às demandas da sociedade digital. A proposta aprovada prevê a substituição de 50% das aulas expositivas presenciais por atividades autônomas, como estudos de caso, fóruns de discussão e projetos em grupo, acessados por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em horários flexíveis. As demais atividades, que incluem laboratórios práticos, seminários e avaliações finais, serão mantidas no campus, com a presença obrigatória de alunos e professores em momentos pré-determinados.

Com base nesse cenário e nos debates atuais sobre as modalidades de ensino, a modalidade de ensino adotada por essa instituição pode ser corretamente classificada como:

- (A) Educação a Distância (EaD) assíncrona, visto que a autonomia e a flexibilidade de horário predominam na maior parte do currículo.
- (B) ensino híbrido (*blended learning*), pois integra a flexibilidade do ambiente virtual com a interação direta em sala de aula, característica essencial do modelo.
- (C) ensino semipresencial, uma vez que a carga horária presencial e a distância são equilibradas, e o modelo exige o encontro físico para atividades específicas.
- (D) ensino síncrono, já que os momentos presenciais e as atividades em grupo no AVA exigem a interação simultânea de todos os participantes.
- (E) Educação a Distância (EaD) síncrona, considerando que a maior parte das atividades ocorre em plataforma digital, e os momentos presenciais são apenas complementares.

47

Um grande programa de qualificação profissional, voltado a servidores públicos de diversas secretarias, adota uma abordagem pedagógica em que os participantes, após uma etapa inicial de conteúdo expositivo e assíncrono sobre a legislação vigente, são divididos em grupos de trabalho. Nesses grupos, eles devem, em tempo real, elaborar estudos de caso e propor soluções para problemas complexos da gestão pública. A avaliação final considera não apenas a qualidade do produto entregue, mas também a participação e a co-construção de conhecimento ao longo do processo.

Com base na descrição, a configuração desse programa de EaD pode ser mais precisamente classificada como:

- (A) Um modelo predominantemente interativo, com elementos de colaboração e personalização, focando a resposta individual do discente à plataforma e às tarefas propostas.
- (B) Um modelo colaborativo-híbrido, pois a combinação de momentos assíncronos e síncronos, com forte ênfase na co-construção, caracteriza uma mescla de modelos em um único curso.
- (C) Um modelo interativo, uma vez que a exigência de participação em tempo real e a elaboração de estudos de caso sinalizam uma troca dinâmica, superando a mera exposição de conteúdo.
- (D) Um modelo industrial, em sua essência, que se apropria de ferramentas interativas para simular a interação, sem alterar a estrutura de repasse de conteúdo em larga escala.
- (E) Um modelo híbrido, pois a existência de fases distintas (conteúdo expositivo e trabalho em grupo) se configura como uma fusão de modelos distintos em um único ecossistema.

48

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2025-2029, documento estratégico para a política de ciência, tecnologia e inovação do Brasil, tem como um de seus pilares o fomento à internacionalização da pesquisa e da formação. A proposta para o próximo quinquênio, contudo, sugere uma reorientação de prioridades, refletindo as novas demandas sociais e tecnológicas. Dentro desse contexto, considere as seguintes afirmações sobre as diretrizes propostas para o PNPG 2025-2029:

- I – Priorizar a expansão da pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como a bioeconomia e a transição energética, incentivando parcerias público-privadas e a inserção de pesquisadores no setor produtivo.
- II – Otimizar a oferta de cursos de mestrado e doutorado em áreas de conhecimento onde a demanda social é baixa, visando à formação de quadros de alta qualificação em todas as regiões do país, independentemente do arranjo produtivo local.

III – Estabelecer métricas mais flexíveis para a avaliação dos programas de pós-graduação, de modo a contemplar as especificidades regionais e a produção de conhecimento que não se limita à publicação em periódicos de alto impacto, como a produção de patentes e a inovação social.

IV – Promover a criação de redes de pesquisa interinstitucionais e a mobilidade de estudantes e docentes para instituições estrangeiras, com ênfase na cooperação Sul-Sul e na atração de talentos internacionais, visando consolidar a liderança do Brasil em áreas de ponta.

Analizando as proposições à luz das tendências atuais e dos princípios do PNPG, assinale a alternativa que apresenta as afirmações corretas.

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) Apenas II e IV.

49

A “integração entre ensino e pesquisa”, um dos pilares da universidade moderna e da formação de professores e pesquisadores, tem sido compreendida e implementada de diversas maneiras. Em um cenário ideal, essa integração se manifesta não apenas na produção acadêmica, mas na própria prática pedagógica diária. Considerando as diretrizes atuais e a complexidade do tema, assinale a afirmação que melhor caracteriza um modelo de integração que, embora pareça promissor, esconde limitações substanciais para a autonomia do estudante e para a inovação didática.

- (A) A integração se dá pela inclusão de disciplinas de metodologia científica e seminários de pesquisa nos currículos, preparando o aluno para atuar como pesquisador em sua futura profissão.
- (B) A integração é concretizada quando o professor-pesquisador, em sala de aula, utiliza os resultados de sua própria pesquisa como o principal conteúdo a ser transmitido, estimulando a curiosidade investigativa dos alunos.
- (C) A integração ocorre por meio da participação ativa dos estudantes em projetos de pesquisa institucional, nos quais são orientados a coletar dados e realizar análises sob a supervisão direta de um docente.
- (D) A integração é percebida quando a dinâmica de ensino-aprendizagem é orientada para a resolução de problemas reais, com o professor atuando como mediador na busca e construção do conhecimento, e não como detentor exclusivo da informação.
- (E) A integração se manifesta na exigência de que os alunos de graduação desenvolvam, individualmente, um trabalho de conclusão de curso (TCC) com o rigor metodológico de uma pesquisa acadêmica, como condição para a obtenção do diploma.

50

A Lei n. 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, visa a promoção de uma educação ambiental crítica e transformadora. Sobre a aplicação dessa lei no âmbito escolar, analise as afirmativas a seguir:

- I – A PNEA deve ser implementada como uma disciplina autônoma em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo uma carga horária mínima para o desenvolvimento do tema.
- II – O art. 10 da Lei prevê que a educação ambiental não formal, por ser um processo extraescolar, deve se restringir a campanhas de conscientização e não possui finalidade de capacitação da sociedade para a sustentabilidade.
- III – A participação comunitária e a transversalidade são princípios da educação ambiental que devem ser considerados na elaboração de projetos político-pedagógicos, em consonância com o texto legal.
- IV – A Educação Ambiental deve ser tratada de forma desarticulada com as demais disciplinas, a fim de que os conteúdos específicos de cada uma sejam preservados.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) apenas a I.
- (B) apenas a II e a IV.
- (C) apenas a III.
- (D) apenas a I e a III.
- (E) apenas a II.

51

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece mecanismos de monitoramento e avaliação de suas metas e estratégias, prevendo a participação de diferentes instâncias no processo de acompanhamento.

Considerando o disposto no art. 5º da Lei n. 13.005/2014, analise as afirmações a seguir:

- I – O Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e as Comissões de Educação do Congresso Nacional estão entre os responsáveis pelo monitoramento e avaliação periódica da execução do PNE.
- II – Compete às instâncias responsáveis apenas a função de fiscalizar, sendo vedada a proposição de políticas públicas ou a revisão dos percentuais de investimento em educação.
- III – A divulgação dos resultados do monitoramento deve ocorrer exclusivamente em relatórios impressos encaminhados ao Congresso Nacional, sem obrigatoriedade de disponibilização nos sítios institucionais da internet.
- IV – Além de monitorar e avaliar, as instâncias elencadas no caput do art. 5º também têm a atribuição de analisar e propor políticas públicas que assegurem a implementação das estratégias previstas no PNE.

V – Entre as competências adicionais das instâncias previstas no art. 5º, está a possibilidade de propor a revisão dos percentuais de investimento público em educação.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I, IV e V estão corretas.
- (B) Apenas II e III estão corretas.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas III e V estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

52

Leia o texto para responder à questão:

O avanço das tecnologias digitais tem transformado profundamente a educação, promovendo novos modelos de aprendizagem que vão além da sala de aula tradicional. Plataformas digitais e recursos interativos configuram-se como ferramentas centrais nesse cenário, permitindo o acesso a conteúdos multimodais, a personalização do ensino e a interação contínua entre estudantes e professores. Além disso, tais recursos viabilizam a aprendizagem colaborativa, o acompanhamento em tempo real do desempenho dos alunos e a adaptação de estratégias pedagógicas com base em dados analíticos. Contudo, o uso eficaz dessas ferramentas depende não apenas da infraestrutura tecnológica, mas também de competências pedagógicas específicas para integrar esses recursos ao currículo de forma significativa.

Considerando o texto e os conceitos de plataformas digitais e recursos interativos na educação, assinale a alternativa que apresenta uma análise incorreta sobre seu uso pedagógico.

- (A) Plataformas digitais e recursos interativos podem ampliar a autonomia do estudante, pois possibilitam que ele acesse conteúdos em diferentes formatos, realize atividades em seu próprio ritmo e receba feedback imediato.
- (B) A principal vantagem das plataformas digitais é substituir integralmente o professor, já que o aprendizado pode ser automatizado por algoritmos de inteligência artificial que ajustam o ensino sem mediação humana.
- (C) Recursos interativos favorecem a aprendizagem colaborativa, permitindo que grupos de estudantes compartilhem informações, resolvam problemas conjuntamente e construam conhecimentos de forma coletiva.
- (D) A implementação bem-sucedida dessas tecnologias exige planejamento pedagógico cuidadoso, formação continuada dos professores e integração com os objetivos curriculares, de modo que a tecnologia não seja apenas um adorno, mas um instrumento significativo de aprendizagem.
- (E) Embora as plataformas digitais facilitem o registro e análise de dados educacionais, seu uso indiscriminado pode gerar dependência tecnológica, exigir altos investimentos e potencialmente ampliar desigualdades entre estudantes com diferentes níveis de acesso a recursos digitais.

53

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela ONU, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam políticas públicas globais e nacionais. Entre eles, destacam-se ODS relacionados à Educação de qualidade (ODS 4), Redução das desigualdades (ODS 10) e Promoção da cultura e da inclusão social. Considerando o papel das políticas públicas e a integração desses ODS, assinale a alternativa correta.

- (A) A implementação de currículos escolares que priorizem conteúdos tradicionais em detrimento de práticas culturais locais contribui diretamente para o cumprimento do ODS 4 e, conseqüentemente, para a redução das desigualdades sociais.
- (B) Investimentos em bibliotecas comunitárias, museus, centros culturais e projetos de inclusão digital podem articular ODS 4 e ODS 10 ao mesmo tempo, promovendo educação de qualidade e igualdade de oportunidades culturais e sociais.
- (C) A promoção de políticas públicas que priorizem apenas o acesso universal à educação formal é suficiente para atender aos ODS 4 e 10, sem necessidade de ações complementares voltadas à diversidade cultural ou inclusão social.
- (D) ODS 4 e ODS 10 possuem objetivos distintos e não podem ser articulados; qualquer tentativa de integração entre educação, cultura e igualdade tende a comprometer a eficiência das políticas públicas.
- (E) A eliminação de barreiras físicas e digitais em instituições de ensino e culturais garante a plena efetivação dos ODS 4 e 10, independentemente da qualidade pedagógica ou da relevância cultural dos conteúdos oferecidos.

54

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela ONU em 2015, apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que demandam ações integradas de governos, sociedade civil e setor privado. A efetiva implementação da Agenda depende da articulação com políticas públicas nacionais e locais, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Nesse contexto, analise as afirmações abaixo sobre a integração da Agenda 2030 com políticas públicas e assinale a que está correta.

- (A) A incorporação dos ODS às políticas públicas deve ocorrer prioritariamente em nível federal, sendo desnecessária a adaptação de programas e metas para estados e municípios, pois a padronização garante maior eficácia.
- (B) Políticas públicas setoriais isoladas (como saúde ou educação) podem ser suficientes para cumprir parcialmente os ODS correspondentes, desde que haja

monitoramento quantitativo constante, independentemente de articulação intersetorial.

- (C) A integração dos ODS às políticas públicas exige planejamento intersetorial e multidimensional, alinhando metas globais da Agenda 2030 às realidades locais e fortalecendo mecanismos de governança colaborativa entre União, estados e municípios.
- (D) A implementação da Agenda 2030 em políticas públicas deve priorizar apenas os ODS diretamente relacionados ao crescimento econômico, pois os demais objetivos são considerados suplementares e não impactam significativamente o desenvolvimento nacional.
- (E) A participação da sociedade civil na definição e monitoramento de políticas públicas vinculadas aos ODS é relevante, mas não é imprescindível para a execução bem-sucedida da Agenda, que depende principalmente de recursos financeiros e tecnocracia governamental.

Eixo Temático 3 – Políticas Públicas de Cultura

Otoniel Linhares e Carlinhos Costa

55

Uma secretaria municipal pretende alinhar seu plano setorial ao planejamento orçamentário local e às diretrizes nacionais. Em reunião, a equipe afirma que o Plano Nacional de Cultura (PNC) define metas decenais e institui um sistema de informações; já o Sistema Nacional de Cultura (SNC) organiza a cooperação entre entes federados e a participação social, favorecendo a pactuação de metas e a integração de conselhos e conferências. À luz das leis vigentes, conclui-se que:

- (A) o PNC substitui automaticamente planos estaduais e municipais aprovados.
- (B) o SNC prescinde de instâncias participativas para reduzir custos de governança.
- (C) o PNC define diretrizes/metasp e institui o SNIIC; o SNC estrutura a cooperação federativa e a governança participativa.
- (D) o SNC centraliza recursos na União e elimina contrapartidas de gestão.
- (E) o PNC é mera carta de intenções, sem uso no ciclo orçamentário.

56

Um estado quer “puxar” metas do PNC para o PPA, monitorando-as por indicadores.

Para isso, planeja usar o SNIIC e relatórios periódicos. Tecnicamente:

- (A) é vedado usar metas do PNC no PPA por serem “não orçamentárias”.
- (B) indicadores culturais não podem compor o monitoramento do PPA.
- (C) metas do PNC vinculam apenas a União, sem utilidade aos demais entes.
- (D) o SNIIC substitui, por lei, os cadastros estaduais e municipais.
- (E) a integração de metas do PNC ao PPA, com indicadores do SNIIC, é aderente à gestão orientada por resultados.

57

Um laboratório de inovação cultural propõe um modelo de sustentabilidade para equipamentos e coletivos. A alternativa mais consistente com boas práticas é:

- (A) depender de um único patrocinador de curto prazo para assegurar foco.
- (B) combinar portfólio de receitas (edital/FNC e mecenato, serviços, assinaturas, doações), governança colaborativa, gestão de dados e mensuração de impacto socioterritorial.
- (C) fixar programação apenas em eventos pontuais, sem rotina de avaliação.
- (D) abandonar conselhos/curadorias para “agilizar” decisões.
- (E) concentrar toda a estratégia em venda de ingressos.

58

Para reduzir concentração geográfica de recursos, uma fundação pública redesenha seus editais. O desenho mais alinhado à descentralização é:

- (A) edital único nacional, sem recortes territoriais, para “padronizar” curadoria.
- (B) priorização de linguagens de maior retorno econômico.
- (C) previsão de recortes territoriais e temáticos; diversidade regional de avaliadores; critérios de acessibilidade/inclusão; metas de distribuição e avaliação pública de resultados.
- (D) eliminação de exigências de acessibilidade para simplificar a seleção.
- (E) bancas concentradas na capital para “uniformizar critérios”.

59

Sobre a arquitetura do PRONAC, assinale a correta.

- (A) O PRONAC opera apenas por renúncia fiscal (mecenato).
- (B) O Fundo Nacional de Cultura (FNC) foi extinto e substituído por convênios privados.
- (C) Projetos só podem receber doações anônimas, sendo vedado o patrocínio.
- (D) O PRONAC estrutura-se por FNC e mecenato, permitindo seleção pública por editais e outros.
- (E) O PRONAC limita-se a patrimônio material.

60

No tocante à Lei do Audiovisual, é correto afirmar que:

- (A) ela substituiu integralmente a Lei Rouanet.
- (B) restringe-se a videoarte e animação experimental.
- (C) beneficia exclusivamente canais estrangeiros sediados no Brasil.
- (D) é um mecanismo apenas de formação de plateia em escolas.
- (E) viabiliza incentivos e investimentos/patrocínios para produção de obras brasileiras independentes, segundo parâmetros legais.

61

Uma coordenadora precisa distinguir PNAB e LPG. A síntese tecnicamente correta é:

- (A) ambas operam exclusivamente por renúncia fiscal.
- (B) A PNAB é emergencial; a LPG é política permanente e sem prazos.
- (C) A LPG exige OSCIP; a PNAB dispensa seleção pública.
- (D) A PNAB veda descentralização; a LPG centraliza recursos na União.
- (E) A PNAB estrutura fomento continuado e descentralizado, enquanto a LPG teve natureza emergencial.

62

Uma rede escolar quer usar pequenos trechos de obras em material didático digital, com indicação de autoria e fonte. Do ponto de vista jurídico:

- (A) todo uso em educação é livre, inclusive cópia integral sem autorização.
- (B) direitos morais do autor podem ser renunciados por contrato padrão.
- (C) a Constituição reconhece direitos culturais como fundamentais e a LDA admite limitações/exceções para fins didáticos.
- (D) obras em domínio público exigem autorização de herdeiros.
- (E) imagens de acervos em domínio público jamais podem ser publicadas online por entidades públicas.

63

No Brasil, a salvaguarda do patrimônio cultural, especialmente o imaterial, é um tema de crescente relevância nas políticas educacionais e na formação docente. A legislação vigente, como o Decreto-Lei n. 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, orienta a ação de preservação para além do tombamento, valorizando as manifestações culturais como processos vivos e dinâmicos. Nesse contexto, a Educação Patrimonial deve ser compreendida como um campo de atuação que capacita o professor a mediar a relação dos alunos com esses bens.

Considerando os princípios da Educação Patrimonial crítica e a legislação de proteção do patrimônio imaterial, assinale a alternativa que descreve uma prática pedagógica que, a despeito de sua aparente inovação, contradiz a premissa de que o patrimônio imaterial é uma construção social em constante transformação.

- (A) Realizar uma oficina de culinária com a participação de mestres de saber local, com o objetivo de documentar e sistematizar as receitas tradicionais em um caderno didático, distribuído para as escolas da rede.
- (B) Desenvolver um projeto de história oral em que os alunos, com apoio da família, colem depoimentos sobre as festividades e ritos de passagem do bairro, organizando-os em um acervo sonoro para posterior análise.
- (C) Convidar artesãos da comunidade para um “dia do saber-fazer” na escola, permitindo que os alunos aprendam, na prática, as técnicas de produção de artefatos, mas com a condição de que sigam estritamente o modelo original para garantir a “pureza” da tradição.
- (D) Promover o estudo de manifestações culturais regionais, como o “maracatu” ou o “bumba-meu-boi”, incentivando os alunos a criarem novas versões coreográficas e musicais que reflitam suas próprias experiências urbanas.
- (E) Estabelecer uma parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para que os alunos participem de um projeto de mapeamento e identificação dos ofícios e modos de fazer tradicionais em sua cidade.

64

Em debates recentes sobre a democratização do acesso à cultura e ao patrimônio, a Fundação Getúlio Vargas tem sinalizado a importância de se repensar o papel dos arquivos e sítios históricos para além da mera salvaguarda de documentos e objetos. A discussão centraliza-se na transição de uma visão patrimonialista para uma perspectiva mais participativa e educadora, onde o público é visto como agente de sua própria história. Sob essa ótica, considere um sítio histórico que abriga os resquícios de um antigo quilombo, e a equipe pedagógica do local se depara com o desafio de mediar a visita de alunos do Ensino Médio, fugindo da narrativa eurocêntrica e buscando uma abordagem que valorize a memória e as lutas de grupos sociais marginalizados.

Diante do cenário apresentado, indique a ação educativa, alinhada à pedagogia histórico-crítica, que seria a mais adequada para engajar os alunos de forma significativa com o acervo e a história do local.

- (A) Promover uma palestra expositiva sobre a história do quilombo, ministrada por historiadores renomados, com o objetivo de transmitir de forma precisa e técnica os eventos, datas e personagens, para que os alunos memorizem o conteúdo.
- (B) Organizar uma oficina de pesquisa, na qual os alunos, a partir de documentos e artefatos de época disponíveis no arquivo, são incentivados a formular hipóteses sobre a vida cotidiana no quilombo e a construir suas próprias narrativas, mediadas pela equipe do sítio histórico.
- (C) Criar um roteiro de visita linear e pré-definido, onde cada parada corresponde a um ponto de interesse material, com placas informativas que detalham a função de cada objeto, sem a necessidade de interação verbal com a equipe pedagógica.
- (D) Incentivar a produção de trabalhos artísticos (desenhos, poemas) inspirados na história do quilombo, sem a necessidade de aprofundamento ou rigor factual, priorizando a expressão subjetiva dos alunos em detrimento do conhecimento histórico.
- (E) Disseminar a história do quilombo de maneira específica por meio de plataformas digitais, com vídeos curtos e infográficos, buscando atingir um grande número de visualizações, sem a preocupação de promover uma visita física ao sítio histórico.

65

A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005) é um marco no direito internacional por reafirmar a soberania dos Estados em relação às suas políticas culturais. No entanto, sua implementação e interpretação podem se mostrar complexas, especialmente quando se observa a coexistência de diferentes princípios. Um dos debates mais recorrentes entre juristas e estudiosos da cultura refere-se à relação entre a liberdade de comércio e a proteção da diversidade cultural.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais acurada sobre o princípio que a Convenção estabelece para nortear a adoção de medidas de apoio à diversidade cultural, em face de outras obrigações internacionais.

- (A) A Convenção determina que as medidas de apoio à diversidade cultural têm primazia absoluta sobre quaisquer acordos de livre comércio, permitindo que um Estado-Parte adote unilateralmente qualquer medida que considere necessária para proteger sua cultura, independentemente das consequências econômicas.
- (B) A Convenção estabelece o princípio da complementaridade, que exige que os Estados-Partes harmonizem suas políticas culturais com seus compromissos econômicos internacionais, de forma que nenhuma política de proteção cultural possa ser vista como barreira comercial.
- (C) O documento impõe que a diversidade cultural seja tratada como um bem de mercado, sujeita às mesmas regras e princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC), com o objetivo de garantir sua circulação e acesso equitativo em nível global.
- (D) A Convenção adota o princípio da subsidiariedade, delegando a responsabilidade primária pela proteção e promoção da diversidade cultural às autoridades locais e regionais, cabendo ao Estado-Parte apenas a função de coordenação e assistência financeira.
- (E) O documento articula o princípio da abertura e do equilíbrio, que orienta os Estados-Partes a adotarem medidas de apoio à diversidade cultural, mas buscando promover, de forma apropriada, a abertura às outras culturas do mundo e assegurando que tais medidas sejam compatíveis com os objetivos da própria Convenção.

66

A Convenção de 1972 da UNESCO, ao instituir a proteção conjunta do patrimônio cultural e natural, representou um avanço significativo, reconhecendo a indissociabilidade entre ambos. Contudo, na aplicação prática e nas políticas de gestão, persistem desafios complexos. Considerando as críticas recorrentes e as reflexões da pedagogia crítica sobre o tema, analise a afirmativa a seguir e identifique a proposição que corretamente aponta uma das limitações ou contradições do modelo de patrimonialização global preconizado pela Convenção de 1972, a partir de uma perspectiva pedagógica e sociológica.

- (A) O conceito de “valor universal excepcional”, embora essencial para a seleção dos bens, privilegia narrativas históricas dominantes e estéticas de cunho erudito, desconsiderando a relevância de patrimônios vinculados a saberes populares e práticas culturais de grupos subalternizados.
- (B) A ênfase na proteção de “monumentos, grupos de edifícios e sítios” na Convenção de 1972 demonstra uma visão ultrapassada de patrimônio, já que, em sua essência, a Convenção foi pioneira ao tratar do patrimônio cultural imaterial, o que só foi aprofundado na convenção de 2003.
- (C) A Convenção restringe a ação dos Estados-membros à criação de listas nacionais, sem prever qualquer tipo de cooperação técnica ou financeira internacional, contrariando o princípio de que a preservação do patrimônio mundial é responsabilidade de toda a humanidade.
- (D) Ao integrar o patrimônio natural, a Convenção de 1972 propôs um modelo que despolitiza a relação entre homem e natureza, tratando os bens naturais como recursos estéticos e científicos, e não como resultado de uma interação histórica e social, o que contradiz as abordagens da ecopedagogia.
- (E) A inclusão dos “conjuntos” como categoria de patrimônio cultural na Convenção é um reflexo direto da necessidade de patrimonializar bens industriais e de memória operária, reconhecendo-os como partes integrantes da história da humanidade, um tema central nas abordagens pedagógicas.

Eixo Temático 4 – Pesquisa**Cosme Sérgio****67**

Uma secretaria de educação pretende investigar os fatores que influenciam a evasão escolar no ensino médio. A equipe de pesquisa aplicou questionários padronizados a 500 alunos e, em paralelo, realizou entrevistas abertas com 20 professores. Marque a alternativa que represente a abordagem metodológica mais adequada para classificar essa pesquisa.

- (A) Quantitativa, pois a amostra grande garante generalização.
- (B) Qualitativa, porque há entrevistas abertas com professores.
- (C) Mista, pois combina questionários padronizados e entrevistas abertas.
- (D) Experimental, porque manipula variáveis em ambiente escolar.
- (E) Documental, porque utiliza registros escolares.

68

Uma pesquisadora deseja avaliar se o aumento de horas de estudo está associado a melhores notas de alunos da rede pública. Para isso, formulou a hipótese: “alunos que estudam mais de 3 horas diárias apresentam notas significativamente maiores”.

Nessa situação, marque a alternativa que represente a característica central da pesquisa.

- (A) Ausência de hipótese, já que os dados empíricos falam por si.
- (B) Presença de hipótese testável, típica de abordagem quantitativa.
- (C) Predominância de abordagem qualitativa, com foco em significados.
- (D) Ausência de problema de pesquisa, pois a relação já está comprovada.
- (E) Caráter meramente descritivo, sem possibilidade de inferência.

69

Uma universidade desenvolveu estudo sobre inclusão digital em áreas rurais. A coleta incluiu observação direta, análise documental e grupos focais com moradores. Marque a alternativa que represente uma técnica que fortalece a confiabilidade dos resultados.

- (A) Uso da triangulação, ao combinar diferentes métodos de coleta.
- (B) Exclusão de entrevistas, para manter apenas dados estatísticos.

- (C) Substituição da observação direta por questionários online.
- (D) Uso de amostragem probabilística em pesquisas qualitativas.
- (E) Restrição do estudo a dados secundários disponíveis.

70

Uma secretaria de segurança pública contratou estudo para entender a percepção da população sobre a violência urbana. A equipe coletou narrativas em grupos focais e fez análise de conteúdo. Escolha a alternativa que melhor classifique essa pesquisa.

- (A) Quantitativa, pois permite estatísticas sobre violência.
- (B) Qualitativa, pois analisa percepções e discursos.
- (C) Experimental, pois manipula variáveis de segurança.
- (D) Mista, pois envolve necessariamente estatísticas e narrativas.
- (E) Documental, pois utiliza registros criminais.

71

Em um projeto de pesquisa sobre políticas de saúde, a equipe iniciou sem definir claramente o problema de pesquisa. Durante a execução, houve dificuldades para selecionar amostras e instrumentos. Essa situação demonstra que:

- (A) a definição do problema pode ser feita apenas ao final.
- (B) hipóteses independem da clareza do problema.
- (C) um problema mal definido compromete hipóteses e desenho da pesquisa.
- (D) a coleta de dados pode substituir a etapa de definição do problema.
- (E) a pesquisa qualitativa dispensa a definição de problema.

72

Um governo estadual pretende avaliar um programa de combate à evasão escolar em escolas técnicas. Para isso, contratou pesquisa que combina questionários com alunos, entrevistas com professores e análise de documentos institucionais. Com base nessa situação, a pesquisa é classificada como:

- (A) pesquisa aplicada, pois busca solucionar um problema concreto.
- (B) pesquisa básica, pois tem foco apenas no avanço do conhecimento.
- (C) pesquisa teórica, voltada à construção de modelos conceituais.
- (D) pesquisa experimental, com manipulação direta de variáveis.
- (E) pesquisa documental, restrita a arquivos escolares.

73

Uma secretaria municipal de cultura promoveu um estudo para avaliar o impacto de oficinas de teatro comunitário. Foram aplicados questionários de satisfação, observadas as apresentações e analisados relatos dos participantes. Com base nessas informações, marque a alternativa que demonstra a característica central dessa pesquisa.

- (A) Pesquisa básica, pois contribui para a teoria da arte.
- (B) Pesquisa aplicada, pois avalia efeitos de política cultural específica.
- (C) Pesquisa experimental, com controle de variáveis externas.
- (D) Pesquisa exploratória, sem coleta de dados empíricos.
- (E) Pesquisa documental, com uso exclusivo de registros escritos.

74

Uma universidade realizou parceria com associações comunitárias e a prefeitura para investigar desigualdades educacionais em bairros periféricos. Foram feitos grupos focais, análise de dados censitários e reuniões com gestores escolares. Esse arranjo caracteriza-se como:

- (A) modelo de tríplice hélice, unindo universidade, sociedade civil e Estado.
- (B) modelo linear, em que a universidade define isoladamente as políticas.
- (C) pesquisa exclusivamente governamental, sem envolvimento da sociedade civil.
- (D) arranjo institucional excludente, em que a comunidade não participa.
- (E) parceria informal sem validade científica.

75

Uma secretaria estadual de saúde contratou estudo para compreender os resultados de um programa de vacinação itinerante. O relatório incluiu análise de dados de cobertura vacinal, entrevistas com gestores e recomendações para ajustes. Esse estudo é exemplo de:

- (A) pesquisa aplicada, voltada à avaliação de política pública.
- (B) pesquisa básica, focada na formulação de teorias abstratas.
- (C) pesquisa exploratória, sem coleta sistemática de dados.
- (D) pesquisa documental, restrita a registros de vacinação.
- (E) pesquisa experimental, com manipulação controlada da imunização.

76

Uma secretaria estadual encomendou estudo sobre os impactos de um programa de merenda escolar. Antes de coletar dados, a equipe definiu o problema, formulou objetivos, detalhou a metodologia, alocou orçamento e estabeleceu cronograma. Essa etapa corresponde a:

- (A) execução da pesquisa, pois envolve coleta de dados em campo.
- (B) análise da pesquisa, já que compara resultados obtidos.
- (C) planejamento da pesquisa, com definição de objetivos e métodos.
- (D) comunicação da pesquisa, por meio de relatórios de resultados.
- (E) avaliação ética, que ocorre no comitê de ética em pesquisa.

77

Uma equipe de pesquisadores concluiu levantamento sobre saneamento básico em comunidades ribeirinhas. Após análise dos dados, elaboraram relatórios técnicos e apresentaram resultados em audiência pública. Essa fase do ciclo de pesquisa corresponde a:

- (A) execução, quando ocorre a coleta de dados.
- (B) planejamento, com definição de metas e recursos.
- (C) análise, quando se examinam dados para gerar interpretações.
- (D) comunicação, quando os resultados são socializados com a sociedade.
- (E) avaliação ética, submetida ao comitê antes do trabalho de campo.

78

Em um estudo sobre jovens em situação de vulnerabilidade, os pesquisadores garantiram anonimato das respostas, informaram os objetivos do estudo e permitiram que qualquer participante desistisse a qualquer momento. O princípio ético mais evidente nesse procedimento é:

- (A) autonomia, com respeito à liberdade de decisão dos participantes.
- (B) justiça, pela igualdade de acesso ao estudo.
- (C) beneficência, pelo foco exclusivo em benefícios coletivos.
- (D) não maleficência, pela ausência de riscos físicos.
- (E) integridade científica, restrita à honestidade do pesquisador.

Eixo Temático 5 – Avaliação

Renan Dourado e Vitor Kessler

79

Um órgão público, ao analisar a performance de seus servidores, observa que a taxa de aprovação em determinado curso aumentou em 15% após a implementação de um novo método de ensino. A descoberta de que essa melhoria está relacionada diretamente ao novo método é um exemplo de:

- (A) sabedoria, porque a aplicação do conhecimento é o que leva à melhoria.
- (B) conhecimento, pois representa a compreensão do porquê e como a informação é útil.
- (C) informação, porque é um dado processado e contextualizado.
- (D) dado, porque 15% é um valor numérico.
- (E) indicador, pois houve um cálculo a partir dos dados.

80

Um órgão público ligado à área de educação verificou que, no ano de 2023, o custo de uma turma de ensino médio para o Estado foi em média de R\$ 120.000 e, em 2024, passou a custar R\$ 132.000. Em 2023, determinado município tinha 100 turmas de ensino médio, e em 2024, 110 turmas. Os números índices (multiplicados por 100) de preço, quantidade e valor para turmas de ensino médio, tomando o ano de 2023 como base, são, respectivamente, iguais a:

- (A) 110, 121, 110.
- (B) 120, 132, 110.
- (C) 110, 110, 121.
- (D) 100, 110, 121.
- (E) 121, 110, 110.

81

Em gestão de desempenho, seja em empresas privadas ou em órgãos públicos, os indicadores são ferramentas essenciais para monitorar o atingimento de metas. O que diferencia um indicador analítico de um sintético?

- (A) O indicador analítico é mais complexo, enquanto o sintético é mais simples de ser calculado.
- (B) O indicador analítico fornece detalhes específicos e o sintético consolida múltiplos dados em um único valor.
- (C) Não há diferença, são sinônimos e dependem do contexto de uso.
- (D) O indicador analítico é usado para tomada de decisão estratégica e o sintético para tomada de decisão operacional.
- (E) O indicador analítico é qualitativo e o sintético é quantitativo.

82

Um órgão de fiscalização de trânsito adota o “tempo médio de resposta a acidentes” como um de seus principais indicadores. Esse indicador é classificado como:

- (A) de resultado, pois mede a eficácia do serviço de atendimento.
- (B) qualitativo, pois avalia a percepção da agilidade.
- (C) de processo, pois mede a eficiência de uma atividade específica dentro da rotina de trabalho.
- (D) estratégico, pois é usado pela alta gestão.
- (E) de impacto, pois afeta a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

83

Um gestor público é responsável por monitorar o desempenho de um programa social. Ele decide criar um indicador que mede a satisfação dos beneficiários, mas o questionário usado é muito longo e complexo, dificultando a coleta e a análise dos dados. O indicador, nesse caso, falha em atender ao atributo de:

- (A) relevância, pois um questionário complexo não produz dados importantes.
- (B) mensurabilidade, pois dados complexos são impossíveis de serem medidos.
- (C) rastreabilidade, pois a complexidade do questionário torna os dados inaudíveis.
- (D) tempestividade, pois a coleta complexa atrasa a disponibilização dos resultados.
- (E) validade, pois o indicador não representa fielmente o que se deseja medir.

84

Um órgão público monitora a “taxa de aprovação em exames” de um curso de capacitação. Ao notar uma queda, um analista sugere que a análise da métrica, por si só, é insuficiente e que o contexto (como mudanças no currículo ou no perfil dos alunos) deve ser considerado. O analista está propondo uma:

- (A) comparação, pois o analista está comparando a taxa atual com a taxa anterior.
- (B) análise de contexto, pois busca compreender os fatores externos e internos.
- (C) qualificação dos dados, pois dados sem contexto perdem sua validade.
- (D) qualificação de dados, pois a análise do contexto valida a precisão dos dados.
- (E) análise casual, pois avalia o caso específico em questão.

85

O Tribunal de Contas da União (TCU) audita os dados de contratos de um ministério. Em uma análise, o auditor nota que a “data de início” de um contrato é anterior à “data de assinatura”. Essa inconsistência nos dados viola o princípio de:

- (A) análise de contexto, pois o auditor não está considerando o contexto da assinatura.
- (B) relevância, pois a data de início não é relevante.
- (C) tempestividade, pois os dados estão desatualizados.
- (D) qualificação dos dados, pois a inconsistência demonstra a falta de acurácia e integridade das informações.
- (E) análise causal, pois a inconsistência não permite uma análise de causa e efeito.

86

Um órgão do governo federal está analisando a necessidade e a viabilidade de um novo programa social para combater a pobreza em áreas urbanas. Antes de destinar recursos e iniciar a execução, a equipe de planejamento realiza estudos para identificar o público-alvo, os problemas a serem enfrentados e os recursos necessários. Essa etapa de avaliação é classificada como:

- (A) de processo, pois se concentra na análise das etapas de planejamento.
- (B) de impacto, pois o objetivo é avaliar o impacto potencial antes da execução.
- (C) diagnóstica, pois seu objetivo é analisar a necessidade e a viabilidade da política antes de sua implementação.
- (D) formativa, pois os resultados dos estudos servem para formar o desenho da política.
- (E) somativa, pois busca verificar a relevância da política antes de sua conclusão.

87

O tratamento de bases de dados é uma etapa crítica para garantir análises confiáveis. Indique o risco que está diretamente associado a essa etapa.

- (A) Falhas no processo de coleta, que resultam em dados ausentes desde a origem.
- (B) Exclusão acidental de registros válidos durante a limpeza, gerando viés nas conclusões.
- (C) Quebra de sigilo durante a transferência de dados entre sistemas externos.
- (D) Armazenamento em servidores sem redundância, aumentando risco de indisponibilidade.
- (E) Interpretação equivocada de resultados estatísticos por falta de capacitação analítica.

88

No tratamento de bases de dados, a técnica utilizada para preencher valores ausentes de forma consistente é denominada:

- (A) normalização.
- (B) imputação.
- (C) redução de dimensionalidade.
- (D) codificação de variáveis categóricas.
- (E) padronização.

89

O sistema de arquivos distribuído utilizado pelo Hadoop para armazenar dados em blocos replicados é o:

- (A) MapReduce.
- (B) HDFS.
- (C) Hive.
- (D) YARN.
- (E) Sqoop.

90

No ecossistema Hadoop, o componente responsável por gerenciar recursos e agendar tarefas em um cluster é:

- (A) Pig.
- (B) MapReduce.
- (C) HBase.
- (D) Flume.
- (E) YARN.

Discursiva

Andréa Cerqueira

Texto 1

A Constituição de 1988 consagrou a educação como direito de todos e dever do Estado, determinando sua função social na promoção da cidadania, da igualdade e do desenvolvimento. Entretanto, persistem lacunas estruturais que limitam a efetividade desse direito: escolas desiguais em infraestrutura, falta de valorização docente, evasão escolar e o impacto da pobreza sobre o processo educativo. A pandemia de COVID-19 escancarou essas desigualdades, especialmente pela exclusão digital, que afetou diretamente o acesso de milhões de estudantes às atividades remotas. Assim, permanece o dilema: como garantir educação pública de qualidade, universal e democrática, em um país marcado por profundas disparidades sociais?

Texto 2

Se, por um lado, a democratização do acesso ampliou significativamente o número de estudantes na escola básica e no ensino superior nas últimas décadas, por outro, a massificação do ensino não tem sido acompanhada pela melhoria proporcional da qualidade. A cultura escolar muitas vezes ignora as diversidades regionais, linguísticas e culturais do Brasil, reproduzindo padrões excludentes e distantes da realidade do aluno. A escola pública, nesse sentido, ainda precisa conciliar inclusão e excelência, articulando-se com as manifestações culturais e comunitárias que moldam a identidade nacional.

Considerando os textos motivadores e seus conhecimentos sobre a realidade brasileira, redija uma dissertação, com extensão mínima de 20 e máxima de 30 linhas, sobre o seguinte tema:

Educação e cultura no Brasil: entre a democratização do acesso e a garantia de qualidade e equidade

Em seu texto, observando a norma culta da língua portuguesa, critérios de clareza, objetividade, coesão e coerência, discuta os desafios e as possibilidades de conciliar o acesso universal à educação com a garantia de qualidade e respeito à diversidade cultural. Apresente argumentos consistentes, cite exemplos quando pertinentes e proponha medidas que possam contribuir para a superação do dilema.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



6º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 2 - Cultura e Educação (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	D	D	C	C	C	C	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	C	C	B	B	C	E	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	D	C	B	B	B	A	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	E	C	B	B	D	D	B	E	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	D	C	A	E	C	B	D	D	C
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	B	B	C	C	E	B	C	D	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
E	C	C	B	E	A	C	B	A	B
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	A	B	A	A	C	D	A	B	C
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
B	C	E	B	D	C	B	B	B	E

GRANXPERS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais prático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts

CNU – 6º Simulado – Bloco Temático 2 – Cultura e Educação (Pós-edital)

Conhecimentos Gerais

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um debate sobre reformas constitucionais, um deputado afirmou que os Municípios são meras subdivisões administrativas do Estado-membro, devendo ser submetidos às decisões da respectiva Assembleia Legislativa. Um constitucionalista, então, rebateu tal afirmação com base no modelo federativo adotado pela Constituição de 1988.

Com base na estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios são entes federativos autônomos, integrantes da Federação brasileira.
- (B) Os Municípios integram os Estados, sendo desprovidos de autonomia legislativa.
- (C) A Federação brasileira é formada exclusivamente pela União e pelos Estados.
- (D) Os Territórios brasileiros possuem o mesmo status federativo dos Municípios.
- (E) O Distrito Federal não possui competências legislativas típicas de Estados ou Municípios.

Letra a.

Assunto abordado: Federalismo.

- (A) Certa. A CF/1988 inovou ao incluir expressamente os Municípios como entes federativos autônomos, ao lado da União, dos Estados e do DF.
- (B) Errada. Os Municípios não são subordinados aos Estados. Possuem autonomia política, administrativa e financeira.
- (C) Errada. A Federação brasileira engloba quatro entes: União, Estados, DF e Municípios.
- (D) Errada. Os Territórios Federais, de acordo com o artigo 18, § 2º, da Constituição Federal são extensões da União, e não integram a Federação. Sua natureza jurídica é de autarquia territorial da União.
- (E) Errada. O DF acumula competências estaduais e municipais, conforme art. 32, § 1º, da CF.

2

Em um curso preparatório, o professor André explicava a seus alunos o conceito de freios e contrapesos (checks and balances) adotado pela Constituição de 1988 como forma de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. Durante a aula, ele utilizou o exemplo do processo de impeachment do Presidente da República para ilustrar a ideia de controle recíproco, explicando que, embora os Poderes sejam independentes, nenhum atua de forma absoluta.

Com base na sistemática constitucional brasileira e na doutrina constitucionalista, assinale a alternativa que melhor exemplifica o controle recíproco entre os Poderes no contexto do impeachment presidencial:

- (A) O Presidente da República é julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como instância penal e política nos casos de crime de responsabilidade.
- (B) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes comuns e autoriza seu afastamento em caso de infração penal.
- (C) O Senado Federal processa e julga o Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados, com presidência do julgamento pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O processo de impeachment (crime de responsabilidade) ocorre no âmbito do Poder Executivo, por meio de investigação e sanção interna, preservando a autonomia administrativa do cargo.
- (E) A Constituição prevê que apenas o povo, por meio de plebiscito ou referendo, pode revogar o mandato do Presidente antes do término legal.

Letra c.

Assunto abordado: Relações entre Poder Legislativo e Poder Executivo.

- (A) Errada. O STF não julga o Presidente por crime de responsabilidade, apenas por crimes comuns, e mesmo assim somente após o juízo de admissão da Câmara dos Deputados (art. 86, da CF).
- (B) Errada. A Câmara apenas autoriza, com 2/3 dos votos, a instauração do processo; não realiza julgamento (art. 51, I, e art. 86, CF).
- (C) Certa. O julgamento por crime de responsabilidade é feito pelo Senado Federal, após autorização da Câmara, e o Presidente do STF preside o julgamento (art. 52, I, parágrafo único).
- (D) Errada. Não há previsão de processo de impeachment interno ao Executivo. Trata-se de mecanismo de controle entre Poderes, típico do sistema presidencialista com freios e contrapesos.
- (E) Errada. A CF/1988 não prevê revogação de mandatos por plebiscito ou referendo. O impeachment é o único instrumento de cessação antecipada do mandato por razões constitucionais e legais, nos termos da Lei n. 1.079/1950.

3

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor Ricardo propôs aos alunos um estudo de caso envolvendo a soberania popular e os mecanismos constitucionais de exercício dos direitos políticos. No caso, um jovem de 17 anos, alfabetizado, queria saber se poderia votar nas eleições municipais e, ainda, se poderia se candidatar ao cargo de vereador. Além disso, uma cidadã estrangeira naturalizada há 3 anos desejava saber se poderia apresentar uma proposta de lei por meio de iniciativa popular em seu município.

Com base no art. 14 da Constituição Federal e na jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mas, nesse caso, é vedado o alistamento eleitoral.
- (B) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, vedada qualquer forma de participação sem representação.
- (C) A candidatura ao cargo de vereador exige idade mínima de 21 anos e filiação partidária, além do domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) A iniciativa popular é uma forma de exercício direto da soberania popular e pode ser proposta por cidadãos brasileiros no pleno gozo dos direitos políticos.
- (E) O jovem de 17 anos pode votar e ser votado, desde que obtenha autorização judicial e esteja filiado a partido político.

Letra d.**Assunto abordado:** Direitos Políticos.

- (A) Errada. O voto é facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos, mas o alistamento eleitoral é permitido, inclusive sendo condição necessária para o voto (art. 14, § 1º, II, c).
- (B) Errada. A soberania popular é exercida não só pelo voto, mas também por plebiscito, referendo e iniciativa popular, nos termos do caput do art. 14, o que evidencia formas diretas de participação sem representação parlamentar.
- (C) Errada. A idade mínima para ser candidato a vereador é de 18 anos, não 21 (art. 14, § 3º, VI, d). A filiação partidária e o domicílio eleitoral são de fato exigências legais, mas a idade está errada.
- (D) Certa. A iniciativa popular é um mecanismo de democracia direta previsto no caput do art. 14, e só pode ser exercida por cidadãos brasileiros, desde que no pleno gozo de seus direitos políticos. Estrangeiros não podem propor iniciativa popular, mesmo que naturalizados recentemente.
- (E) Errada. Apesar de o jovem de 17 anos poder votar (facultativamente), ele não pode ser votado. A idade mínima para vereador é de 18 anos completos até a data-limite fixada na legislação eleitoral. Não existe previsão de autorização judicial que permita flexibilizar essa exigência.

4

No Estado de Mato Real, uma decisão judicial determinou que o Poder Executivo estadual fornecesse, imediatamente, um medicamento de alto custo a um paciente com doença rara, com base no direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. A Procuradoria do Estado recorreu, alegando que o orçamento público estava comprometido e que tal fornecimento violaria o princípio da legalidade orçamentária e o postulado da reserva do possível.

Considerando os direitos fundamentais sociais e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva do possível é um limite absoluto ao fornecimento de prestações estatais, sendo suficiente, por si só, para afastar o dever estatal de garantir direitos sociais.
- (B) A cláusula da reserva do possível autoriza o Estado a negar qualquer prestação de saúde se houver restrição orçamentária, sem necessidade de comprovação objetiva.
- (C) O direito à saúde, como direito social, deve ser garantido conforme o possível financeiro do Estado, sendo irrelevante a análise da dignidade da pessoa humana no caso concreto.
- (D) O Poder Judiciário pode impor ao Estado a realização de prestações sociais quando demonstrada a omissão estatal e o comprometimento do mínimo existencial.
- (E) O fornecimento de medicamentos é de competência exclusiva do Poder Executivo, não podendo o Judiciário interferir, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

Letra d.**Assunto abordado:** Direitos Sociais.

- (A) Errada. A reserva do possível não é um limite absoluto. A jurisprudência do STF reconhece que ela deve ser ponderada com o mínimo existencial, e que o Estado deve comprovar a insuficiência de recursos, não podendo usá-la de forma genérica.
- (B) Errada. Não basta alegação genérica de restrição orçamentária: o Estado deve provar objetivamente a incapacidade de cumprir a obrigação sem prejudicar outras prioridades constitucionais. A reserva do possível exige prova da real impossibilidade.
- (C) Errada. A análise da dignidade da pessoa humana é essencial para se aferir a necessidade de garantir o mínimo existencial, mesmo diante de limitações financeiras. O STF tem decidido que a proteção da vida e da saúde prevalece sobre questões orçamentárias, em muitos casos.

(D) Certa. O Judiciário pode intervir para assegurar direitos sociais, sobretudo em situações de omissão do Estado e de afetação do mínimo existencial, como ocorre no fornecimento de medicamentos essenciais à vida. Isso decorre da eficácia plena do direito à saúde e da força normativa da Constituição.

(E) Errada. A separação de Poderes não impede a atuação judicial quando há omissão ou violação a direitos fundamentais, inclusive sociais. O STF admite a judicialização de políticas públicas como forma de efetivação de direitos.

5

A Prefeitura de uma capital brasileira lançou um programa de bolsas de estudo exclusivamente voltado para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso ao ensino superior. A medida foi questionada judicialmente sob o argumento de que violaria o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, I, da Constituição Federal, ao estabelecer distinção com base em critérios de sexo e raça.

Com base na jurisprudência do STF e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição veda qualquer diferenciação de tratamento entre os indivíduos, sendo inconstitucional toda ação afirmativa que beneficie grupos historicamente discriminados.
- (B) O artigo 5º, inciso I, da CF/1988 consagra apenas a igualdade formal, o que impede o Estado de adotar medidas diferenciadas com base em gênero ou raça.
- (C) A ação afirmativa adotada pela Prefeitura é compatível com o princípio da igualdade material, que autoriza o tratamento desigual de forma a promover a equidade entre os cidadãos.
- (D) A igualdade formal e a igualdade material são incompatíveis entre si, devendo sempre prevalecer a primeira, por ser expressamente prevista na Constituição.
- (E) A distinção com base no sexo e na raça é autorizada apenas para fins penais, sendo vedada no âmbito de políticas públicas educacionais.

Letra c.

Assunto abordado: Direitos Individuais/ Igualdade.

- (A) Errada. A Constituição não veda absolutamente todas as diferenciações de tratamento. Pelo contrário, admite políticas compensatórias ou de discriminação positiva (ações afirmativas), com base em critérios legítimos de equidade social e histórica. Ex.: cotas raciais e de gênero.
- (B) Errada. O art. 5º, I, da CF/1988 consagra tanto a igualdade formal quanto material. A igualdade formal garante que todos sejam tratados da mesma forma perante a lei. Já a igualdade material busca compensar

desigualdades reais, exigindo, muitas vezes, tratamentos diferenciados para grupos vulneráveis.

(C) Certa. A medida questionada está em conformidade com a igualdade material, pois visa reduzir desigualdades históricas e sociais, promovendo a equidade. O STF já validou ações afirmativas com base nesse princípio.

(D) Errada. Igualdade formal e material são complementares, não excludentes. A primeira é um pressuposto jurídico, a segunda é um instrumento de justiça social. Ambas coexistem no ordenamento jurídico brasileiro.

(E) Errada. A utilização de critérios como sexo ou raça é permitida em políticas públicas educacionais, como reconhecido pelo STF nas ações envolvendo cotas raciais em universidades e escolas públicas.

Políticas públicas

José Wesley

6

No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação é fundamental para a materialização dos planos e programas. Sobre essa etapa, assinale a alternativa correta:

- (A) A implementação é um processo técnico e linear, livre de conflitos e negociações políticas.
- (B) Consiste na definição dos objetivos e na escolha de alternativas para resolver o problema, antes de qualquer ação prática.
- (C) É o momento em que a política é executada por burocratas, gestores e sociedade, e sua efetividade depende da interação entre os atores envolvidos.
- (D) O monitoramento e a avaliação de uma política ocorrem exclusivamente após a conclusão da implementação.
- (E) A implementação é o momento em que se decide se um problema social entrará ou não na agenda governamental.

Letra c.

Assunto abordado: Ciclos de políticas públicas: implementação de planos, programas e projetos.

- (A) Errada. A implementação é um processo complexo, dinâmico e político, que envolve negociações e adaptações.
- (B) Errada. Essa descrição se refere à etapa de formulação da política.
- (C) Certa. A implementação é a fase da ação, onde o plano formulado se torna realidade. Sua efetividade não depende apenas do desenho da política, mas da capacidade dos atores de executá-la, superando desafios e adaptando-se às circunstâncias.
- (D) Errada. O monitoramento é um processo contínuo que acontece durante a implementação, enquanto a avaliação pode ocorrer em diferentes momentos do ciclo.
- (E) Errada. Essa é a etapa de formação da agenda.

7

A análise de dados qualitativos em políticas públicas é uma abordagem complementar à análise quantitativa. A principal vantagem de utilizar dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais, é que eles:

- (A) Permitem generalizar os resultados para uma população maior com alta confiabilidade estatística.
- (B) São mais eficientes e menos custosos para a coleta em larga escala.
- (C) Oferecem uma compreensão aprofundada das percepções, motivações e experiências dos atores envolvidos, revelando o "porquê" por trás dos dados quantitativos.
- (D) Concentram-se exclusivamente em indicadores numéricos e estatísticas de desempenho.
- (E) São utilizados apenas na etapa de monitoramento, sem relevância para a formulação ou avaliação.

Letra c.

Assunto abordado: Levantamento, sistematização, análise e interpretação de dados quantitativos, qualitativos e indicadores de políticas públicas.

- (A) Errada. A generalização para grandes populações é uma característica da análise quantitativa.
- (B) Errada. A coleta de dados qualitativos, como entrevistas, pode ser demorada e custosa.

(C) Certa. A análise qualitativa é essencial para capturar as nuances, o contexto e as subjetividades dos atores, fornecendo uma riqueza de detalhes que os números sozinhos não conseguem expressar. Isso é crucial para entender a efetividade e o impacto de uma política.

(D) Errada. Essa descrição se refere à análise de dados quantitativos.

(E) Errada. Dados qualitativos são importantes em todas as etapas do ciclo, desde a identificação de problemas até a avaliação final.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora